



## **320ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.**

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto dois mil e vinte e três, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo Marcus da Costa Nunes Gomes, os membros, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Roberta Alice Zimbres Franzolin, Marcia Denise Gusmão Coelho, Gilceli de Oliveira Ubiña, Ivy Monteiro Malerba, Rosemeire Maria de Jesus e Ronaldo Cheberle. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev Pedro Ivo de Sousa Tau, a Diretora Financeira Luana Forcioni Guedes, a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria e o Diretor Administrativo Paulo Henrique Passos do Nascimento. O Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos, e elencou os itens da pauta sendo: 1) PRESTAÇÃO DE CONTAS JULHO/2023; 2) ABERTURA FUNDOS DE INVESTIMENTO BANCO DO BRASIL; 3) ABERTURA FUNDO DE INVESTIMENTO BANCO ITAU; 4) MIGRAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE FUNDOS DE INVESTIMENTO; 5) ALTERAÇÃO POLÍTICA DE INVESTIMENTOS; 6) ORÇAMENTO 2024; 7) CONTRATAÇÃO CONSULTORIA ATUARIAL; 8) CONTRATAÇÃO CONSULTORIA FINANCEIRA; e 9) ELEIÇÕES CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL. O Presidente do CaraguaPrev comunicou os Conselheiros que as Aposentadorias do exercício de 2022 e a Pensões do exercício de 2021 foram homologadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo/SP e o CaraguaPrev iniciará os pedidos de Compensação Previdenciária. Após passou a palavra à Diretora Financeira para tratar do primeiro item da pauta, que trata da Prestação de Contas do mês de JULHO de dois mil e vinte e três, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2023, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise



dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de julho/23 a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa, investimentos estruturados, investimentos renda variável, investimentos no exterior BDR apresentaram performance positivas no mês. O IPCA avançou 0,12% em julho e a última reunião do COPOM reduziu a taxa Selic para 13,25%. No Brasil, os juros oscilaram com dados de inflação mais benignos, que levaram ao mercado a ajustar apostas sobre o ritmo esperado de queda dos juros. Além disso, houve a aprovação da Reforma Tributária, na Câmara, e a alteração da nota de risco do Brasil pela Fitch Ratings. O Ibovespa fechou o mês com performance positiva, seguindo a direção dos índices globais. Apresentando um retorno positivo de +3,27% no mês. Sendo assim, o Ibovespa possui um comportamento positivo anual de +11,13% e de +18,20% nos últimos 12 meses. No cenário global, ao longo do mês de julho foi um mês relativamente calmo para o mercado internacional, com oscilações moderadas dos juros globais, acrescido do aumento da expectativa sobre a probabilidade de um “pouso suave” das economias, em virtude de uma melhora no cenário inflacionário. Ainda assim, os principais bancos centrais voltaram a elevar os juros, em linha com o esperado. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a seguinte posição dos investimentos: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 51,81% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial. b) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 13,07% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e no ano, com maior alocação dos fundos de investimento para o próximo mês; c) Fundos Renda Fixa que representam 19,96% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e no ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, pois com a Selic mantida no percentual de 13,75% os fundos de renda fixa tornam-se atrativos, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da



meta atuarial. Também foi aprovado pelo Conselho Deliberativo o desinvestimento desses fundos para compra de Títulos do Tesouro Nacional e resgate para aplicação em Fundos 100% Títulos Públicos; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,07% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual desses ativos; e) Fundos de Ações que representam 8,49% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial do mês e do ano, mas diante do cenário econômico a renda variável terá muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Ata anterior, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será resgatado e aplicado em títulos públicos federais, desde que estejam com taxas superiores a meta atuarial do CaraguaPrev e em fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial e em Fundos 100% Títulos Públicos; f) Fundos de Investimento no exterior representam 3,55% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano de 2023, mas diante do cenário econômico do exterior, devido ao cenário de guerra, alta de taxa de juros mundial, possível recessão dos Estados Unidos, os investimentos no exterior terão muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Ata anterior, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será parcialmente resgatado e aplicado em fundos de investimentos em Renda Fixa, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; f) Fundos de Investimento Estruturados apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano de 2023, mantendo em carteira a posição atual. Após apresentação, a Prestação de Contas mensal passou por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo, sendo aprovadas por todos os presentes. Após passado ao segundo e terceiro itens da pauta que tratam sobre a abertura de fundos de investimento do Banco do Brasil e Banco Itaú, inicialmente falou sobre o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) que decidiu, no dia 02 de agosto de 2023, reduzir a Selic, taxa básica de juros brasileira, de 13,75% para 13,25% ao ano. Esta é a primeira vez que a autoridade monetária faz uma redução de juros desde agosto de 2020, quando o BC baixou a Selic para a mínima histórica de 2% ao ano. Nesta nova etapa da política monetária, a expectativa é de que o cenário fique mais amigável para os ativos de risco, ao passo que os rendimentos na renda fixa diminuem junto com os cortes na Selic. A renda fixa deverá ser aproveitada com um mix de pós-fixados, prefixados e títulos de inflação, com mais peso em prefixados e inflação que anteriormente. A carteira sugerida pelo Banco do Brasil em



agosto de 2023 apresentou como estratégia de alocação, diante do cenário macroeconômico, conforme apresentação realizada em 10 de agosto de 2023, às 11 horas, on-line, pelo representante do Banco do Brasil Sr. José Sérgio Albino Silva e pelo gerente de investimentos Sr. Jefferson Dalberg J. Pimenta, a aplicação em fundos Fundo BB RF IRF-M/IRF-M 1: Fundos enquadrados no Art. 7º, I, b, com estratégia prefixada que se valoriza em cenários de queda e expectativa de queda da taxa de juros, aplicação em Fundos IMA-B e IMA-B 5+, Fundos enquadrados no Art. 7º, I, b, com estratégia de inflação média e longa para captura de melhores rentabilidades na utilização da estratégia de vinculação de recursos a inflação. Em cenários de queda de SELIC, estes fundos tendem a performar acima de IDKA 2 e IMA-B 5, Fundo RF Alocação Ativa Retorno Total: Fundo de gestão ativa em Renda Fixa, enquadrado no Art. 7º, I, b, podendo auxiliar na captura dos prêmios e rentabilidades disponíveis em Renda Fixa, contando com a expertise da Gestão Ativa para posicionamento nas melhores oportunidades. A Carteira sugerida da Caixa Econômica Federal, conforme e-mail enviado ao CaraguaPrev em 21 de junho de 2023, pelo Gerente Executivo Luan Augusto, *“neste momento a Caixa Asset avalia uma melhor relação risco x retorno para os índices de renda fixa mais longos (IRF-M 1+, IMA-B 5+, IRF-M, IMA-B), em detrimento dos índices mais curtos (IMA-B5, IRF-M1). Para os fundos pós fixados (CDI), ainda são aderentes para redução de volatilidade das carteiras, porém com a provável futura queda de SELIC, começam a diminuir a atratividade”*. Portanto, o Conselho Deliberativo, após análise aprovou o credenciamento do Fundo de Investimento BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI, CNPJ: 13.327.340/0001-73, fundo de títulos públicos atrelados a inflação, com vencimento mais longos, gerido e administrado pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A, enquadrado no disposto no Artigo 7º, inciso I, “b”, da Resolução CMN nº 4.963/2021. Analisado pela consultoria financeira LDB empresas, que concluiu que fundo está apto a receber aplicações. Após análise o Conselho Deliberativo aprovou o credenciamento do Fundo de Investimento BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL, CNPJ: 35.292.588/0001-89, fundo renda fixa duração livre soberano, gerido e administrado pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A, enquadrado no disposto no Artigo 7º, inciso I, “b”, da Resolução CMN nº 4.963/2021. Analisado pela consultoria financeira LDB empresas, que concluiu que fundo está apto a receber aplicações. O terceiro item da pauta trata da abertura Fundo de Investimento no Banco Itaú, após análise o Conselho Deliberativo aprovou o credenciamento do Fundo de Investimento ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC FI, CNPJ: 21.838.150/0001-49, Fundo juros pré-fixados, atrelados à inflação e pós-fixados



com títulos do tesouro nacional, Gerido pelo ITAU UNIBANCO ASSET MANAGEMENT e administrado pelo ITAU UNIBANCO, enquadrado no disposto no Artigo 7º, inciso I, “b”, da Resolução CMN nº 4.963/2021. Analisado pela consultoria financeira LDB empresas, que concluiu que fundo está apto a receber aplicações. O quarto item da pauta trata das migrações financeiras entre Fundos de Investimentos que serão realizadas gradativamente a partir do mês de setembro de 2023, entretanto, os fundos de investimento sugeridos estão com rentabilidade volátil no mês de agosto e caso não haja uma estabilidade as aplicações poderão ser suspensas: a) O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) aplicado no Banco do Brasil, Fundo de Investimento BB PREV RF PERFIL, CNPJ: 13.077.418/0001-49 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 7,57%) e o resgate total do Fundo de Investimento BB PREV RF IRF-M 1, CNPJ: 11.328.882/0001-35 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 7,62%) para aplicação do valor resgatado no fundo de investimento BB PREVID RENDA FIXA IMA-B5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI, CNPJ: 13.327.340/0001-73 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 15,45%). Após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade no ano de 2023 acima do fundo de investimento resgatado, a alteração busca uma maior rentabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. b) O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor total aplicado no Banco do Brasil, Fundo de Investimento BB PREV RF IRF-M 1, CNPJ: 11.328.882/0001-35 (conta APORTES 37299-4), rentabilidade de janeiro a julho/23 de 7,62% para aplicação do valor resgatado no fundo de investimento BB ALOCAÇÃO ATIVA (APORTES 37299-4), CNPJ: 35.292.588/0001-89 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 9,61%). Após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade no ano de 2023 acima do fundo de investimento resgatado, a alteração busca uma maior rentabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. c) O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) aplicado no Banco Itaú, Fundo de Investimento ITAU INSTIT RF DI, CNPJ: 00.832.435/0001-00. (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 7,68%) e o resgate total do Fundo de Investimento ITAU INSTITUCIONAL RF IRF-M 1, CNPJ: 08.703.063/0001-16. (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 7,70%) para aplicação do valor resgatado no fundo de investimento ITAU ALOCAÇÃO DINÂMICA, CNPJ: 21.838.150/0001-49 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 11,27%). Após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui rentabilidade no ano de 2023 acima do fundo de investimento resgatado, a alteração busca uma maior rentabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. d) O Conselho Deliberativo avaliou e aprovou o resgate do valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) aplicado no Banco Santander, Fundo de SANTANDER DI TITULOS PUBLICOS, CNPJ: 09.577.447/0001-00 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 7,60%) para aplicação do valor resgatado no fundo de investimento SANTANDER RENDA FIXA ATIVO, CNPJ: 26.507.132/0001-06 (rentabilidade de janeiro a julho/23 de 8,65%). Após análise ficou constatado que o fundo aprovado para aplicação possui



rentabilidade no ano de 2023 acima do fundo de investimento resgatado, a alteração busca uma maior rentabilidade dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. Em seguida passado ao quinto item da pauta, que trata da Alteração da Política de Investimentos do ano de 2023, Diante do cenário econômico e com o resultado da última reunião do COPOM apresentando a queda da taxa Selic em 13,25%, é necessária a alteração na Política de Investimentos do exercício de 2023, ajustando a alocação objetivo dos segmentos de aplicação, conforme a Resolução CMN nº 4.963/2021. A Portaria MTP n.º 1.467/2022, em seu §2º do art. 101, trata que a política de investimentos poderá ser alterada no curso de sua execução com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação, no caso, com a alteração da Taxa Selic, justifica-se a sua alteração, o que foi aprovada pelo Conselho Deliberativo. O sexto item da pauta trata sobre o Orçamento para 2024, onde foram apresentados todos os valores descritivos das receitas e das despesas, previstas para o exercício de 2024, sendo aprovado pelo Conselho Deliberativo. Passado ao sétimo item da pauta que trata da obrigatoriedade de contratação de Consultoria Atuarial, em conformidade com o art. 93 da Lei Complementar n.º 59/15, onde o CARAGUAPREV deverá contratar empresa de assessoria atuarial, devidamente habilitada, para proceder às reavaliações atuariais de seus fundos e reservas matemáticas, no sentido de avaliar a sua situação econômico-financeira e o equilíbrio atuarial de seus ativos e passivos, emitindo relatório circunstanciado das providências necessárias à preservação do CARAGUAPREV e de sua perenização ao longo do tempo, aprovado pelos presentes. O oitavo item da pauta que trata da contratação de Consultoria Financeira, diante da necessidade de análise mensal, trimestral, emissão de relatório de diligências, estudo ALM, “xml” para os envios ao Tribunal de Contas do DREI, RIRP e cadastro dos Fundos de Investimento, é de grande importância para a gestão dos recursos as ferramentas e análises de Consultoria Financeira, sendo aprovado pelos Conselheiros a contratação. Após foi passado ao nono item da pauta que trata das eleições para os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, dado ciência aos Conselheiros que o Instituto iniciará os trâmites para realização das eleições, pois o mandato dos membros eleitos do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal se encerrará no dia 17 de dezembro de 2023, conforme trata a Lei Complementar n.º 59, de 05 de novembro de 2015, alterada pela Lei Complementar n.º 92/22 e será realizada para o preenchimento de 02 (duas) vagas de membro titular do Conselho Deliberativo, eleitos por seus pares, por voto secreto, dentre os servidores efetivos e estáveis do Poder Executivo da Administração Direta ou Indireta; 01 (uma) vaga de membro titular do Conselho Deliberativo, eleito por seus pares, por voto secreto, dentre os servidores efetivos e estáveis da Câmara Municipal; 01 (uma) vaga de membro titular do Conselho Deliberativo, eleito por seus pares, por voto secreto, dentre os servidores inativos o qual representará os servidores



inativos; e, 02 (duas) vagas de membro titular do Conselho Fiscal, eleitos por seus pares, por voto secreto, dentre os servidores efetivos e estáveis do Município de Caraguatatuba. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 16 de novembro de 2023. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 16h e 05min, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

**Marcus da Costa Nunes Gomes**  
Presidente do Conselho Deliberativo



**Marcia Denise Gusmão Coelho**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Ivy Monteiro Malerba**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Ivone Cardoso Vicente Alfredo**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Roberta Alice Zimbres Franzolin**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Gilceli de Oliveira Ubiña**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Ronaldo Cheberle**  
Membro do Conselho Deliberativo



**Rosemeire Maria de Jesus**  
Membro do Conselho Deliberativo  
Certificado ANBIMA CPA-10



**Pedro Ivo de Sousa Tau**  
Presidente do CaraguaPrev  
Certificado ANBIMA CPA-10



**Luana Moussalli Forcioni Guedes**  
Diretora Financeira  
Certificado ANBIMA CPA-10



**Paulo Henrique Passos do Nascimento**  
Diretor Administrativo



**Rose Ellen de Oliveira Faria**  
Diretora de Benefícios

